

CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA
NOS 30 ANOS DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
20 de setembro de 2024

CITIZENFOUR / 2014

Um filme de Laura Poitras

Realização: Laura Poitras / Montagem: Mathilde Bonnefoy / Direção de Fotografia: Kirsten Johnson, Trevor Paglen / Música: Nine Inch Nails, 02 Ghosts I e 20 Ghosts III / Produção: Laura Poitras, Mathilde Bonnefoy, Dirk Wilutzky / Co-produção: Katy Scoggin, Kirsten Johnson / Produção Executiva: Steven Soderbergh, Jeff Skoll, Diane Weyermann, David Menshel, Tom Quinn / Participações: Edward Snowden, Glenn Greenwald, William Binney, Jacob Appelbaum, Ewen MacAskill, Julian Assange / Cópia: DCP, a cores, falado em inglês com legendas em português / Duração: 114 minutos / Estreia Mundial: 10 de outubro de 2014, New York Film Festival, Nova Iorque, EUA / Estreia Nacional: 14 de novembro de 2014, LEFFEST / Primeira apresentação na Cinemateca.

Sessão seguida de debate com Gustavo Cardoso.

Do you know what the most frightening thing in the world is? It's fear.

Mark Lewis, personagem principal de **Peeping Tom** (1960) de Michael Powell

Desde 2014 que permanecem na ordem do dia questões relacionadas com a intromissão excessiva nas nossas vidas levada cabo por entidades sem rosto, bastante opacas, mesmo que sancionadas estadualmente ou, alega-se, escudadas pela lei. Tal facto só vem confirmar os receios iniciais de Snowden e a relevância do seu testemunho. Aliás, a situação nunca foi tão urgente: numa das suas últimas intervenções públicas, em entrevista publicada no *The Guardian* («'No regrets,' says Edward Snowden, after 10 years in exile», 8 de junho de 2024), o célebre *whistle blower* veio a terreiro atualizar o seu discurso, comparando a situação que o fez denunciar o *modus operandi* da National Security Agency (NSA), para a qual trabalhava como consultor, a uma “brincadeira de crianças” face ao momento que vivemos hoje, devido às novas tecnologias disponíveis e às cada vez mais reinantes motivações políticas rumo a uma sociedade hipervigiada, não muito distante de algumas experiências totalitárias vividas no século XX. A analogia mais imediata que podemos fazer será com o regime de espionagem diária implementado pela polícia política Stasi, na Alemanha oriental, durante os anos de chumbo do comunismo, mas, neste novo cenário, o controlo da vida faz-se em massa e por via de um clique. Um *voyeurismo* de Estado tão eficaz quanto discricionário e indolente.

Há dois momentos na ficção de Oliver Stone, **Snowden** (2016), lançada um par de anos após o documentário de Poitras, que ilustram bem a complexidade do problema maior, que nos diz respeito a todos: numa cena, Snowden (interpretado por Joseph Gordon-Levitt) interroga a namorada sobre como é que esta se sente por poder estar a ser vigiada por *hackers*; noutra cena, um Edward Snowden já revelado ao mundo discursa sobre a possibilidade de um sistema político como o americano poder vir a degenerar numa espécie de ditadura orwelleniana. De facto, poderá estar à distância de um clique a decisão de manter ou não o Estado de Direito “as we know it”. É só uma questão de surgir um novo Presidente com vontade de mudar o estado das coisas. Muito

se tem debatido acerca da falibilidade e permeabilidade da Constituição norte-americana e já antes se especulou sobre se teria sido possível a forças externas (*hackers* de outros países) terem interferido no resultado das penúltimas eleições presidenciais. A guerra, por outro lado, desenrola-se muitas vezes à distância e virtualmente, por via de ataques a *sites*, saques e transações de informação protegida e ainda através da guerra de *drones* que “batem” o território 24 horas por dia. Tudo se disputa no ciberespaço, quer dizer, virtualmente? Mais ou menos, pois as vítimas são bem reais. O *online* apresenta-se, muitas vezes, como um território selvagem, desregulado e onde a vontade de poder suplanta qualquer versão da boa ética republicana. Como diz o mesmo Snowden “ficcionalizado” por Stone, os agentes e soldados ao serviço deste regime poderão ser julgados no futuro como o foram os burocratas do regime nazi em Nuremberga, dizendo-se meros autómatos obedientes a ordens superiores e, imbuídos de um certo espírito de missão ou escondidos por detrás de argumentos securitários, arvorando-se em patriotas exemplares. Snowden, um autêntico *bug* no sistema, interrompeu a cadeia de servilismo, cinismo e prepotência ao vir a público para denunciar, de cara lavada (em que medida contribui para a “sua inocência” o aspeto imberbe apesar dos seus 29 anos?), a corrupção e desumanização da máquina do Estado e dos seus tentaculares serviços secretos, numa América tornada em polícia do mundo e em espiã, 24 horas por dia, dos seus cidadãos, correndo o risco de entrar em contradição consigo mesma enquanto país livre e disseminador do menos mau de todos os regimes. Ganha forma, nestes termos, a sociedade como tecno-ditadura sob a visão aguda e punitiva de um panótico feito de zeros e uns. Um cinéfilo poderia perguntar: o que teria feito Fritz Lang com todo este material?

Ainda continuando a falar da versão ficcional desta história espantosa e incrível (*beyond belief*), quando Snowden finalmente chega ao seu quarto de hotel em Hong Kong na companhia dos dois jornalistas, Glenn Greenwald e Ewen MacAskill, e da realizadora Laura Poitras (interpretada no filme pela magnífica Melissa Leo), o que eles começam por querer saber é o conteúdo da informação de que dispõe. Mas Poitras, que tem a missão de gravar a conversa, acalma o ímpeto de um dos jornalistas e começa por lhe perguntar o nome. Não é *small talk*, porque o cinema pode ser uma poderosa máquina de auscultação, reveladora de aspetos do íntimo que tornam “o outro” tão familiar e acessível quanto complexo e misterioso. No fundo, é isso que **Citizenfour**, ao contrário talvez de uma qualquer peça de jornalismo de investigação, nos dá a ver e a sentir: a cumplicidade com o homem antes do denunciador, da pessoa antes da “fonte de informação”, do nome por detrás da cifra misteriosa, utilizada no primeiro contacto eletrónico com Poitras: “citizenfour”, precisamente. O assunto não é o que Snowden tem a dizer – claro que é, mas *não somente* –, o objeto do documentário é, ao invés e finalmente, este homem que abandona uma vida confortável para se tornar um alvo a abater pelo país – *the greatest country on earth* – a quem jurou lealdade.

A dedicatória, colocada discretamente no final dos créditos, diz: “Este filme é dedicado a todos aqueles que fazem grandes sacrifícios para expor injustiças”. A última cena do documentário entronca com o projeto político de Snowden, no sentido da criação de um certo “efeito de Hidra” para que mais pessoas como ele denunciem os atropelos a direitos e valores fundamentais tais como a liberdade de expressão e a salvaguarda da nossa privacidade. Poitras tinha, ela própria, “dado o exemplo” ao investigar os contornos do envolvimento do governo americano na guerra do Iraque, do Afeganistão e os abusos cometidos na gestão da prisão de Guantánamo. Um cartão inicial explica o porquê de Snowden ter começado por contactar Poitras e de esta se ter tornado uma espécie de confidente antes, durante e após a tempestade política e mediática que as suas denúncias públicas originaram e continuam a originar. Este grau de envolvimento de uma realizadora numa história que se desenrola à sua frente, com o potencial de mudar a perceção que todos temos do modo como os nossos governantes zelam por nós, é muitíssimo raro na história do cinema. Snowden e Poitras marcam um encontro com a História. Apesar da altíssima

responsabilidade que este projecto acarretou e também da grande oferenda (ou “furo”, para usar o termo jornalístico) que representou para si, a realizadora não se deixa deslumbrar, nunca abandonando a possibilidade de “fazer cinema”.

Muita crítica citou, e com razão, a boa tradição do cinema liberal norte-americano dos anos 70, representada por nomes como Alan J. Pakula (**The Parallax View** [1974]), Francis Ford Coppola (**The Conversation** [1974]) e Sidney Pollack (**Three Days of the Condor** [1975]), e, de facto, além da pessoa que é retratada, há uma emoção em estado bruto, uma tensão paranoica, que é dada a provar ao espectador. É como o próprio Snowden confia à câmara de Poitras: ele planeou tudo até certo ponto, mas, depois de ter cumprido o seu papel, dando a cara pelas suas denúncias, a imprevisibilidade do que se segue é grande. O encontro com a História termina e o filme, mesmo após desenrolar todo essa série de factos inquietantes, mantém perfeitamente vivo em nós um poderoso sentimento de apreensão e impotência: o que acontecerá a seguir às “nossas personagens”? E a nós, no meio de tudo isto? **Citizenfour** é um *thriller* ou – penso não ser abusivo caracterizá-lo assim – é mais como um filme de terror, uma versão “da vida real” do filme de fantasmas **Kairo** (2001), de Kiyoshi Kurosawa, mas aqui “o mal” tem uma agenda e diz-se defensor da democracia. Quem protege, enfim, a tão espezinhada democracia? A trilha sonora composta por dois temas da banda Nine Inch Nails, *02 Ghosts I* e *20 Ghosts III*, ajuda a fazer-nos sentir assim, palpitações e incertos quanto ao futuro, nosso e de pessoas como Snowden, de jornalistas como Glenn Greenwald e Ewen MacAskill, de cineastas como Poitras. Saímos, enfim, da sala escura assombrados por um forte sentimento de insegurança em relação a uma governação em relação à qual deixámos de confiar. Para mais, o caminho da democracia digital agora mete medo.

Luís Mendonça